# Comuns Digitais:

## Um guia para processos participativos digitais inclusivos e sustentáveis



ORGANIZADORES

resocie

UnB | IPOL

instituto CIDADE DEMOCRÁTICA

FINANCIADOR

AFD
AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT

# Organizadores

Debora Rezende de Almeida

Henrique Parra Parra Filho

Laila Bellix

Marisa von Bülow

Rebecca Abers

Ricardo Augusto Poppi Martins

# Sumário


Comuns digitais para fortalecer a democracia ____ 4

Como fizemos a pesquisa ____ 7

Para que serve este guia ____ 9

Para quem é este material ____ 11

Como promover processos participativos digitais mais inclusivos? ____ 13

Como facilitar e reconhecer a participação coletiva? ____ 22

Como construir um comum digital em torno de um *software* de participação adotado pelo Estado? ____ 28

Conclusão ____ 34

# Comuns digitais para fortalecer a democracia



Nos últimos anos, governos ao redor do mundo passaram a adotar plataformas digitais para ampliar a participação cidadã. Essas ferramentas podem aproximar sociedade e Estado, aumentar a transparência e permitir que cidadãos contribuam diretamente na formulação de políticas públicas.

Mas existe um desafio central:

**Como garantir que esses processos participativos digitais sejam realmente inclusivos?**

Esta publicação oferece respostas a essa pergunta a partir da pesquisa **"Comuns digitais sustentáveis pela justiça social: a experiência do Decidim no Brasil"**, iniciada em 2024 pelo **Grupo de Pesquisa sobre as Relações entre Sociedade e Estado (Resocie)**, do Instituto de Ciência Política (IPOL), da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Instituto **Cidade Democrática**. O objetivo da pesquisa é investigar a implementação da plataforma **Brasil Participativo**, baseada no *software* de participação digital **Decidim**, utilizado em diversas cidades e governos no mundo.

# Mais concretamente, buscamos compreender:

- Como processos participativos digitais podem incluir grupos historicamente excluídos;

  *Entende-se que grupos historicamente excluídos são segmentos da população que, ao longo do tempo, enfrentam desigualdades estruturais que limitam seu acesso a direitos, recursos, tecnologias e espaços de decisão, resultando em menor capacidade de influenciar políticas públicas e processos participativos — tanto no Estado quanto na sociedade. Nesse sentido, a pesquisa teve foco especial na inclusão de* ***mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas em situação de pobreza e outros grupos historicamente excluídos*** *de processos participativos.*

- De que maneira processos participativos digitais podem fomentar ou fortalecer a organização coletiva daque-les(as) que participam;

  *Identificamos que, sem estratégias e ações específicas, as plataformas digitais podem reproduzir desigualdades existentes na sociedade, concentrando participação em grupos já organizados, mais escolarizados ou com maior acesso a recursos políticos.*

- Como transformar plataformas digitais em bens comuns digitais, que são recursos de informação, conhecimento, dados e conteúdo cultural produzidos, geridos e mantidos

  *Entende-se como* ***comum digital*** *o conjunto de ferramentas, recursos de informação, conhecimento e cultura criados, mantidos e compartilhados colaborativamente por uma comunidade, acessíveis a todos e orientados ao benefício coletivo, sem apropriação exclusiva. Já o* ***software livre****, definido pelas liberdades de uso, estudo, modificação e distribuição, torna-se um comum digital quando é efetivamente desenvolvido, mantido e governado de forma comunitária, como um recurso compartilhado e não apenas como um produto. Portanto, a inclusão política que analisamos não se restringe à participação em processos coletivos, mas alcança, no limite, a condição de membro ativo de uma comunidade que produz, sustenta e utiliza o comum digital.*

# Como fizemos a pesquisa

O estudo utilizou uma abordagem de **métodos mistos**, combinando diferentes fontes de dados e técnicas de pesquisa:

- Entrevistas semiestruturadas com gestores(as) públicos(as) e atores sociais;
- Observação participante em processos participativos;
- Análise de conteúdo de documentos;
- Oficinas territoriais em diferentes cidades e com públicos diversos;
- Análise estatística de dados de usos da plataforma.

Em especial, incluímos na pesquisa as percepções, interpretações, sugestões e aprendizados de atores historicamente excluídos, seja a partir de entrevistas semiestruturadas, da interação em oficinas, ou da escuta em momentos de observação participante.

A partir dessa combinação de dados e técnicas qualitativas e quantitativas de análise, identificamos **padrões, desafios e boas práticas** que podem orientar interessados(as) em implementar ou aprimorar processos participativos digitais.

# Para que serve este guia

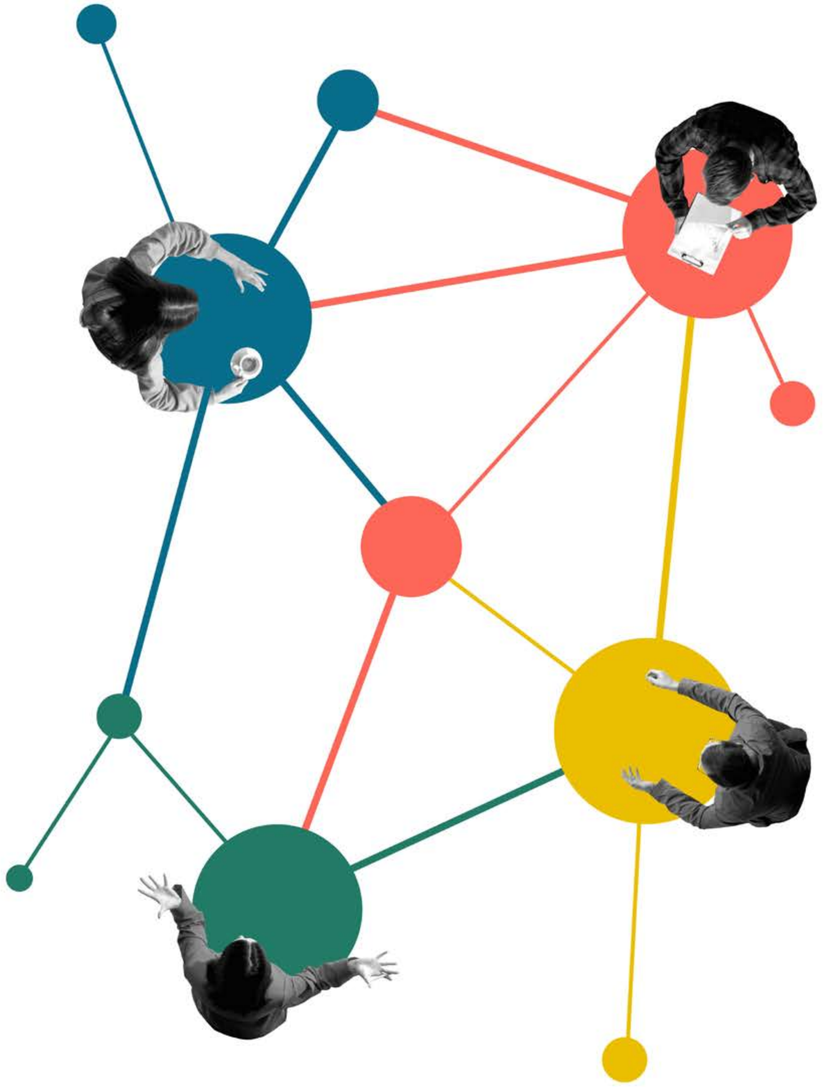
Este material foi pensado como um **guia prático para organizadores(as) de processos participativos digitais**.

Aqui você encontrará:

- Problemas recorrentes em processos participativos digitais;
- Aprendizados extraídos da pesquisa;
- Erros mais comuns cometidos por governos;
- Exemplos concretos de experiências brasileiras e internacionais;
- Listas de tarefas práticas para implementação de processos participativos.

**Nosso objetivo é apoiar a transformação da participação digital em processos inclusivos e de maior impacto.**

# Para quem é este material



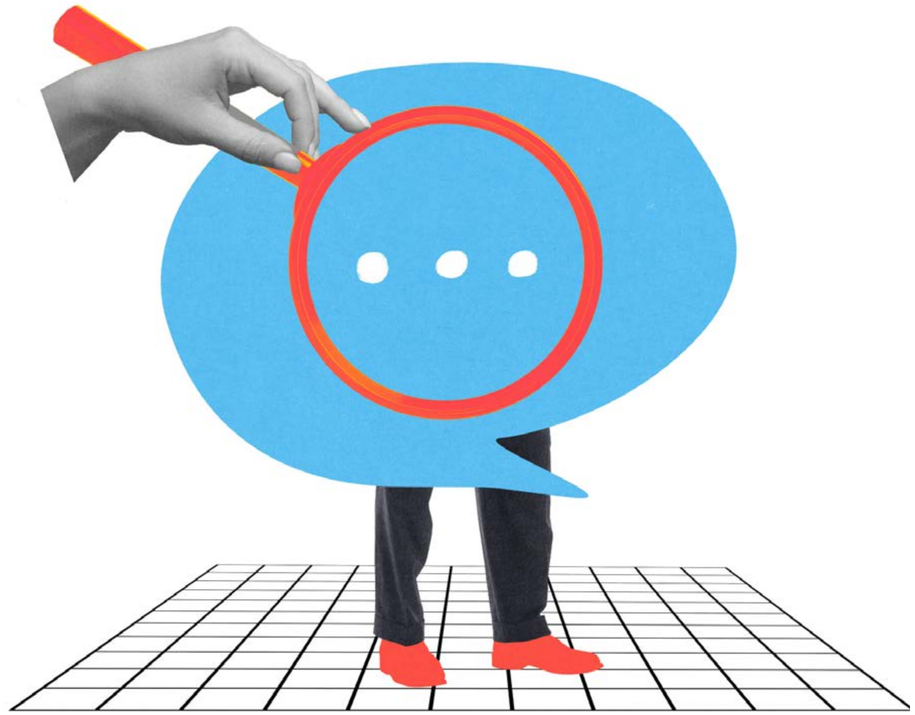
Este guia foi desenvolvido especialmente para **gestores(as) públicos(as) e equipes técnicas de governos**, mas também é relevante para **movimentos sociais**, **organizações civis**, **ativistas**, **pesquisadores(as)** e **demais pessoas interessadas no tema**.

# Como promover processos participativos digitais mais inclusivos?

# O problema

Processos de participação social digital comumente se tornam elitizados, concentrando a participação em indivíduos pertencentes a grupos com bom acesso e letramento digital, já organizados e incluídos politicamente. Esse desafio é influenciado pelas diferentes arquiteturas de participação digital. Dependendo do desenho adotado, determinados formatos de interação, construção de propostas e deliberação podem favorecer ou dificultar a participação de públicos diversos.

Os grupos historicamente excluídos podem ser diretamente afetados por essas escolhas.



## O que aprendemos na pesquisa

A inclusão em processos de participação digital consiste em garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades e características físicas, cognitivas ou condição socioeconômica, tenham acesso, capacitação e condições de uso para interagir e influenciar os processos de consulta e decisão, bem como participar da construção e da governança de sistemas e tecnologias digitais.

Há três caminhos distintos e complementares para potencializar a inclusão nesses processos:

**1. Inclusão por desenho**

**2. Inclusão por intermediação**

**3. Inclusão por agenda**

# 1. Inclusão por desenho

É preciso, de modo deliberado, desenhar processos e adaptar ferramentas para que elas sejam mais inclusivas. A inclusão depende de escolhas de desenho institucional, tecnológico e político que influenciam diferentes dimensões da participação: desde a facilidade de acesso e os custos cognitivos e recursos para ingressar no processo até as oportunidades de interação, construção de contribuições e incidência ao longo da participação - essa experiência do usuário ao longo do processo é o que chamamos de jornada do usuário.

Também é necessário buscar um equilíbrio entre ampliar o acesso, favorecer a mobilização e garantir oportunidades de incidência ao longo do processo participativo. Isso implica reduzir barreiras de entrada sem abrir mão de mecanismos que fortaleçam a legitimidade da participação e possibilitem que as contribuições possam influenciar a tomada de decisão. Em muitos casos, a jornada pode ser estruturada de forma progressiva - como um funil: o participante inicia com formas mais simples de engajamento e, à medida que avança, acessa modalidades de participação que exigem maior autenticação ou envolvimento.

**CASO:**

O PPA Participativo Digital foi uma iniciativa do Governo Federal brasileiro em 2023, utilizando a plataforma Brasil Participativo, que permitiu à população votar e propor diretrizes para o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Foi a maior experiência de participação social digital no planejamento orçamentário do país.

O PPA Participativo simplificou o design do Decidim, reduziu de maneira drástica a quantidade de funcionalidades ativas e ainda ajustou a experiência do usuário para que em dois cliques ele já conseguisse dar a sua primeira contribuição. Além disso, construiu estratégia de ativação de influenciadores digitais de modo a engajar determinados públicos alvo e fazer uma espécie de busca ativa de propostas. Tais estratégias foram capacidades de alcançar enorme escala de participação e avançar na inclusão de grupos historicamente alheios a esses processos.

**https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/programas**

## 2. Inclusão por intermediação

Ocorre quando o envolvimento de grupos historicamente excluídos se dá de forma indireta, apoiado por intermediários que articulam sua participação. Esse processo pode se dar de diferentes maneiras, como por exemplo, por consultas presenciais realizadas por organizações, coletivos e lideranças que atuam como tradutores dos processos participativos - desde linguagem, método, regras e do artefato digital. Ainda, é possível fazer mediação a partir de encontros e processos com metodologias para a construção coletiva das propostas, de modo que essas pautas sejam registradas na plataforma e suas campanhas digitais sejam realizadas pelos que se responsabilizaram em realizar essa coleta.

**CASO:**

Nos orçamentos participativos de Barcelona, a prefeitura adotou uma estratégia ativa para incluir migrantes e públicos vulneráveis, reconhecendo que esses grupos não acessam espontaneamente os espaços institucionais. Para isso, mobilizou equipes e organizações que atuaram nos territórios, estabelecendo contato direto com coletivos sub-representados, realizando sessões específicas e utilizando intermediários para facilitar o engajamento e a compreensão do processo. Além disso, reduziu barreiras formais ao permitir a participação com base no registro municipal, sem exigência de cidadania ou regularização migratória. Essa abordagem evidencia uma estratégia de inclusão baseada na mobilização ativa e no apoio de redes e organizações, ainda que a participação formal continue estruturada no nível individual.




**CASO:**

No processo participativo Plano Clima, algumas organizações socioambientais que atuam com grupos historicamente excluídos da política, tais como ribeirinhos, indígenas, moradores de reservas extrativistas entre outros grupos foram mediadoras para o processo. Se tornaram porta-vozes das propostas construídas a partir de diferentes estratégias de escuta, coleta de opinião e construção coletiva dessas populações e aportaram sua capacidade institucional ao registrar as propostas e fazerem campanha na plataforma digital. Essa mediação exemplifica uma das possíveis estratégias de inclusão. Cabe destacar, no entanto, que o Brasil participativo permitia apenas a participação de indivíduos, com cadastro de pessoa física, o que gerava um constrangimento para organizações registrarem indicando que eram porta vozes ou hospedeiras. Elas tinham que escolher uma pessoa para fazer isso, prejudicando simbolicamente essa estratégia.

**https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planoclima**

## 3. Inclusão por agenda

Quando propostas e agendas que tratam das problemáticas e necessidades dos grupos historicamente excluídos se fazem presentes e relevantes no processo participativo, ainda que não tenham sido incluídas por membros desses grupos ou diretamente articuladas por intermediários em diálogo com esses grupos. A presença dessas propostas orienta e influencia o debate e os resultados do processo participativo, além de ter potencial de atrair membros desses grupos como apoiadores e votantes.

**CASO:**

A análise qualitativa das propostas do PPA Participativo permite identificar um leve deslocamento entre o conteúdo das agendas debatidas e o perfil social dos participantes, o que sugere a ocorrência de inclusão por agenda. Por um lado, as propostas do processo participativo analisado mobilizam temas diretamente relacionados a desigualdades estruturais, a agendas sociais e a públicos historicamente excluídos. Entre as propostas recorrentes, destacam-se a garantia de direitos das pessoas com deficiência, a promoção de maior equidade territorial na prestação de serviços de saúde e a expansão regional das universidades, de modo a equiparar as condições de acesso dos jovens à educação. Por outro, o próprio esforço metodológico da pesquisa em caracterizar o perfil dos participantes revela indícios de que esses grupos não estão plenamente representados. A partir dessa tensão entre uma agenda potencialmente inclusiva e uma participação socialmente desigual, a pesquisa infere que há situações em que as demandas desses públicos conseguem ingressar na arena participativa, mas por meio de outros atores, configurando, assim, um padrão de inclusão que se dá mais pelo conteúdo das propostas e pelas tentativas de dar visibilidade às agendas dos grupos excluídos do que pela presença direta dos sujeitos que por elas são afetados. Vale destacar, contudo, que a inclusão por agenda foi limitada e carece de uma estratégia clara para sua implementação, uma vez que as demandas específicas de segmentos historicamente excluídos  não apenas eram proporcionalmente menores, como também mobilizaram menos votos.

# Armadilhas mais comuns



- Desenvolver protocolos complexos de autenticação que dificultam a inclusão de pessoas que têm baixa qualidade de acesso;
- Realizar processos participativos que apostem apenas na entrada do funil: não dar continuidade ao engajamento após as pessoas acessarem a plataforma;
- Escuta sem compromisso: Estruturar processos participativos que não sejam capazes de converter as contribuições da sociedade em propostas com incidência efetiva sobre as decisões de governo.
- Abrir consultas genéricas demais, sem conexão com problemas concretos;
- Focar excessivamente em textos, que pode se constituir como barreiras de inclusão;
- Tratar intermediação como algo informal, não como parte do processo e que demanda equipe capacitada para atuar;
- Temas das consultas e dos processos participativos enfatizarem as necessidades governamentais (construção de planos, consulta de decretos ou normativas) e não terem conexão direta com os temas mais debatidos pela sociedade.

# Recomendações

## No desenho do processo:

- Não exigir tudo de todos: desenvolver e adaptar etapas diferenciadas de engajamento e funcionalidades, de modo a possibilitar distintas experiências;
- Testar a linguagem com públicos diversos antes do lançamento;
- Estabelecer estratégias de coleta de opinião e de construção coletiva de propostas e campanhas para construir legitimidade na intermediação;
- Promover consultas e processos participativos cujos temas estejam conectados a demandas concretas da vida cotidiana (trabalho, renda, serviços);
- Comunicar os processos em plataformas externas e mídia tradicional a fim de estimular o debate sobre a realidade dos grupos historicamente excluídos.

## Na adequação da ferramenta:

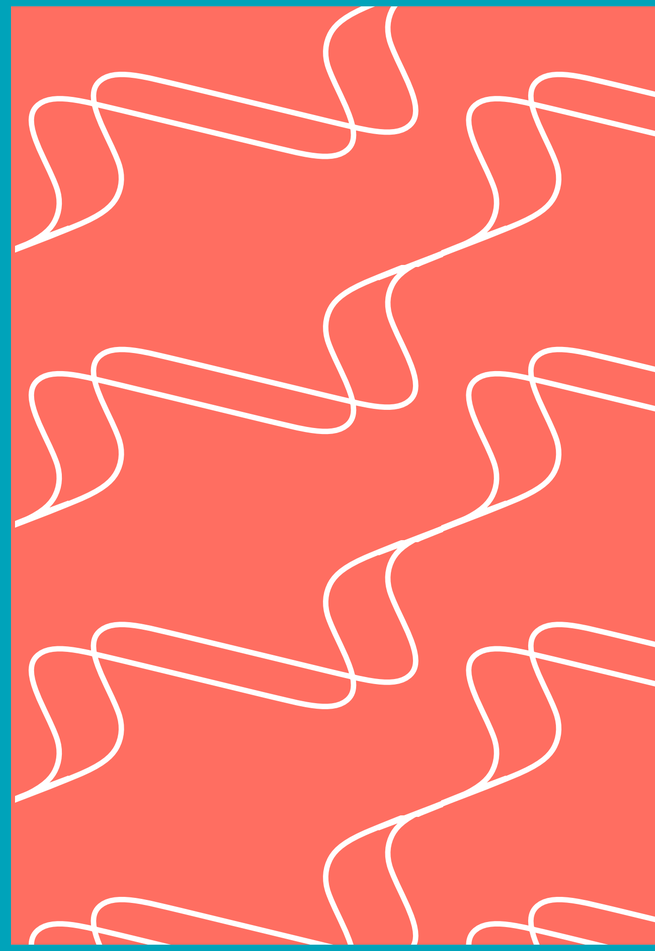
- Simplificar a linguagem, a experiência do usuário e a interface, eliminando a necessidade de leitura extensiva;
- Incluir arquitetura de micro campanhas temáticas, que aumente a possibilidade de alcance geral da plataforma;
- Incluir a possibilidade de interação por voz;
- Não exigir dos participantes a produção de textos complexos;
- Integrar com comunidades em plataformas externas para alcançar usuários com baixa qualidade de acesso à internet (exemplo: Whatsapp);
- Usar aplicativos de mensageria como alternativa de interação;
- Diminuir as barreiras de autenticação para cadastro.



## Durante o processo:

- Contatar e desenvolver parcerias com organizações, coletivos e lideranças para que possam atuar como tradutores dos processos participativos, desde a linguagem, método, regras de participação e do artefato digital;
- Garantir que os processos incluam intermediadores habilitados a fazer a conexão entre territórios e grupos excluídos politicamente e o Estado;
- Estruturar canais permanentes de apoio e mediação à participação, incluindo programas de capacitação;
- Levantar dados de perfis agregados sobre quem participa e quem não participa dos processos, a fim de traçar estratégias específicas para quem ainda não acessou o processo;
- Fazer análises agregadas de perfis de quem propõe, além de quem acessa, para identificar padrões e fomentar a diversidade do proponente, além do participante.

# Como facilitar e reconhecer a participação coletiva?



## O problema

Os processos participativos digitais tendem a ser vistos como individualizados ou individualizantes, frequentemente ancorados em cadastros pessoais (como login **gov.br**), o que dificulta o reconhecimento e a incorporação de formas coletivas de organização e participação.

Essa abordagem não apenas limita a visualização da pluralidade de formas de participação e diálogo, mas também está associada a dinâmicas mais pontuais e descontinuadas, que tratam a participação como algo momentâneo, em vez de um processo contínuo e permanente.



# O que aprendemos na pesquisa

Comunidades são grupos de pessoas que se conectam a partir de interesses, práticas ou objetivos comuns e que, por meio da interação e da participação, passam a colaborar mutuamente para promover esses objetivos. No contexto dos processos participativos, comunidades se conectam para construir propostas e agendas, mobilizar outras pessoas e incidir junto aos tomadores de decisão.

A pesquisa identificou que comunidades emergem quando interesses comuns são reconhecidos, vínculos se tornam visíveis e se estabelecem relações entre indivíduos e grupos ao longo do processo, podendo, inclusive, perdurar para além dele. Nesse sentido, os processos participativos digitais podem tanto dar origem a novas comunidades quanto fortalecer aquelas que já existem. Esse último caso ocorre, por exemplo, ao ampliar sua capacidade de mobilização no ambiente digital ou ao reforçar seu papel na intermediação de atores e demandas durante o processo, como destacado anteriormente.

As propostas, por sua vez, funcionam como pontos de encontro dessas dinâmicas: elas conectam pessoas em torno de interesses comuns e ajudam a organizar a ação coletiva, aumentando o engajamento.

Por fim, um dos principais impactos identificados é que o fortalecimento dessas comunidades ao longo do processo pode ampliar sua capacidade de atuação — seja na intermediação ou na inserção desses atores em outros espaços de participação e negociação.

**CASO:**

No processo participativo digital do Plano Nacional de Cultura foi possível observar, na prática, como comunidades podem tanto surgir quanto se fortalecer ao longo da participação. No primeiro caso, uma ativista propôs a criação de Biblioteca digital e, para a mobilização da proposta, articulou um grupo em torno do tema que ainda não se organizava como tal. No segundo caso, um proponente já inserido na comunidade acadêmica mobilizou esse grupo em torno da reforma do teatro da universidade, um equipamento cultural relevante para diferentes públicos da região. A proposta não apenas reuniu atores já conectados, como ampliou a visibilidade da demanda e fortaleceu sua articulação - desdobrando até em visibilidade de parlamentares para destinação de emendas.
Os dois casos mostram caminhos distintos, mas complementares: a participação digital pode ser um ponto de partida para a formação de comunidades, mas também pode fortalecer redes já existentes, ampliando sua capacidade de articulação, incidência e transformação da realidade

**https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/287/proposals/31795**

**https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/287/proposals/30860**




**CASO:**

Desde a reforma da previdência de 2019, que permitiu a cobrança de contribuições previdenciárias sobre o valor dos benefícios de servidores públicos aposentados que ganham abaixo do teto do INSS, sindicatos, associações parlamentares e aposentados se tornaram ativistas na luta contra esse confisco. Inicialmente um movimento mais pautado em redes sociais, para pressionar governantes e ocupar a opinião pública, essa coalizão decidiu se engajar no PPA Participativo e, segundo algumas das participantes, foi a primeira vez que atuaram mais diretamente em um processo participativo governamental, tentando influenciar resultados de políticas públicas.

**https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/programas/f/2/proposals/867**



## Armadilhas mais comuns

- Tratar participação como evento pontual;
- Não dar visibilidade às conexões entre participantes;
- Não facilitar a comunicação entre participantes;
- Não manter ciclos recorrentes de participação;
- Não reconhecer trajetórias de engajamento prévias à submissão de propostas;
- Não estruturar devolutivas como estratégias permanentes de diálogo e interlocução com as pessoas e grupos que participaram;
- Processos não gerarem impactos políticos visíveis aos participantes.

# Recomendações

**Para facilitar e reconhecer comunidades:**

- Desenhar processos participativos digitais que possibilitem a participação de comunidades, por meio de ferramentas de:
  - desenvolvimento de micro campanhas;
  - votação e mobilização em torno de propostas;
  - contato entre membros das comunidades.
- Estimular interações entre participantes no próprio processo (comentários ou outras formas de diálogo e troca);
- Facilitar a comunicação entre participantes com afinidades e que apoiam uma mesma proposta;
- Desenvolver ações que busquem o pertencimento, reconhecimento e visibilidade dessas comunidades;
- Incluir participantes de comunidades em instâncias de participação ou diálogos institucionais posteriores à participação na plataforma.

**Para continuidade do processo**

- Adotar estratégias de comunicação permanente ao longo dos processos participativos, para estabelecer diálogos e incentivos de mobilização dessas comunidades;
- Desenvolver processos participativos de modo contínuo e permanente, de modo que seja possível manter o diálogo e relação com comunidades ao longo do tempo;
- Informar, de modo ativo, sobre os desdobramentos do processo participativo com linguagens simplificadas.



# Como construir um comum digital em torno de um *software* de participação adotado pelo Estado?

# O problema

Os *softwares* de participação costumam ser criados como ferramentas temporárias e sob responsabilidade de poucos atores, principalmente governos. Mesmo quando evoluem para *software* livre e passam a ser tratados como um bem comum, ainda enfrentam dificuldades para construir uma governança mais ampla, que envolva diferentes pessoas — e não apenas *hackers*, programadores e agentes governamentais.



# O que aprendemos na pesquisa

Governança refere-se aos mecanismos de liderança, controle, tomada de decisão e coordenação da ação coletiva em torno de um comum, definindo quem participa, como decide e quais regras organizam esse processo. No contexto de um comum digital, a governança social implica ampliar esses mecanismos para além de técnicos e programadores, incorporando usuários, comunidades, sociedade civil e outros atores afetados, de modo a garantir participação efetiva, diversidade de vozes e corresponsabilidade na gestão e evolução do recurso compartilhado.

Uma plataforma digital de participação entendida como um comum digital, especialmente quando concebida como um serviço oferecido aos seus usuários, não se limita a ser um *software* destinado ao uso ou consumo. Ela se configura como um espaço coletivo de ação, no qual diferentes atores participam não apenas como usuários, mas também da definição de regras, dinâmicas e formas de uso. Nessa perspectiva, ao assumir a forma de um serviço de participação, a plataforma amplia sua governança para além dos especialistas técnicos, incorporando usuários, movimentos sociais e a sociedade civil nos debates sobre seu funcionamento, desenho e evolução. Com isso, deixa de apenas mediar a participação para também se tornar objeto de disputa, construção e apropriação coletiva.

**CASO:**

As oficinas de cocriação envolvendo cidadãos participantes nas decisões de desenvolvimento do *software* livre Decidim Barcelona podem ser vistas como um caso de inclusão na governança do comum. Ao perceber que os membros que participavam da comunidade digital do Decidim, discutindo funcionalidades ou mesmo participando da programação do código se tornou algo mais restrito a ativistas políticos, governantes, *hackers* ou especialistas, foram criadas oficinas presenciais de cocriação convidando cidadãos a participar dos debates e influenciar a representação visual e estratégica de quais seriam as metas e principais funcionalidades do *software*. Esse esforço se mantém nos encontros anuais e tenta incorporar novos membros de maneira permanente na comunidade Metadecidim: **https://decidim.org/pt-br/community/**




**CASO:**

A Conferência Nacional de Juventude precisava decidir quais funcionalidades do Brasil Participativo gostaria de usar, bem como as "regras de participação", já que era necessário definir os critérios que guiariam a seleção de propostas para serem incorporadas à etapa nacional presencial, bem como da eleição de delegados virtuais que participariam dessa etapa nacional. Tal deliberação foi realizada no âmbito do Conselho Nacional de Juventude, a instituição participativa formal, garantida em lei que reúne governo e sociedade civil. Esse é um caso de inclusão na governança, pensando não o desenvolvimento do código do *software*, mas sim as escolhas políticas e regras de uso do artefato, ou seja, do serviço em si que o comum desempenha.

**https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/assemblies/confjuv4**



## Armadilhas mais comuns

- Resumir o processo participativo à etapa de formulação no ciclo da política pública;
- Não definir responsabilidade institucional clara;
- Não estruturar devolutivas aos participantes;
- Não ter instâncias participativas de governança para incluir os principais participantes da consulta;
- Não criar/utilizar instância participativa que integre governo, sociedade e programadores para deliberação sobre as regras de participação e sobre objetivos e cronograma de desenvolvimento da plataforma;
- Dependência excessiva de governos e gestões específicas, o que torna as ferramentas vulneráveis às mudanças de ciclo eleitoral e compromete sua continuidade.

# Recomendações

- Compreender e estruturar plataformas digitais enquanto serviços públicos de participação e, portanto, ter estruturas participativas, avaliativas e transparentes desse serviço - como conselhos de usuários, carta de serviço, etc;
- Desenhar processos participativos ou utilizar instituições participativas (como conselhos de políticas públicas)  para a governança desses serviços, de modo que as pessoas possam demandar, debater e decidir sobre funcionamento, regras e funcionalidades;
- Criar mecanismos permanentes de participação na própria gestão da plataforma — como conselhos, fóruns ou instâncias consultivas — que envolvam usuários, sociedade civil e outros atores na definição de regras, prioridades e evoluções;
- Desenvolver mecanismos de avaliação da plataforma enquanto serviço, como notas e inserção de comentários e feedbacks;
- Garantir transparência sobre regras, processos e decisões da plataforma. Tornar visíveis os critérios de moderação, priorização, curadoria e encaminhamento das contribuições, permitindo que os participantes compreendam e questionem o funcionamento do sistema;
- Adotar ferramentas que sejam abertas à colaboração e, sobretudo, uso e apropriação por diferentes entes federados e organizações sociais;
- Desenvolver funcionalidades e dinâmicas que permitam aos usuários influenciar não só o conteúdo das propostas, mas também o funcionamento da plataforma, fortalecendo o senso de pertencimento e corresponsabilidade.



# Conclusão

Nos dias de hoje, a adoção de tecnologias de informação e comunicação é estratégica para estabelecer novas relações entre Estado e sociedade. No entanto, para além de uma visão instrumental, é fundamental que os processos participativos digitais e suas ferramentas sejam pensados de modo a não reproduzir — e, idealmente, a enfrentar — exclusões e desigualdades já existentes.

Este guia buscou justamente aproximar pesquisa e prática, sistematizando aprendizados sobre processos participativos digitais e traduzindo-os em recomendações aplicáveis. Ao longo do percurso, reforça-se que o potencial das tecnologias não está apenas em ampliar o acesso, mas em qualificar a participação, fortalecer vínculos coletivos e sustentar formas mais contínuas e inclusivas de engajamento. Assim, busca-se utilizar a tecnologia forma estratégica para aprofundar a democracia e construir relações mais abertas, plurais e colaborativas entre Estado e sociedade.



ORGANIZADORES










FINANCIADOR

